



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

PROCESSO Nº 710.236

NATUREZA: Prestação de Contas Municipal

EXERCÍCIO: 2005

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de São José da Varginha

RESPONSÁVEL: Itamar Guilherme Ferreira, Prefeito Municipal

RELATOR: Auditor Gilberto Diniz

APENSO: Processo Administrativo nº 718.479, decorrente da Inspeção Ordinária nº 715.919, realizada no referido Município.

Excelentíssimo Senhor Relator,

I - RELATÓRIO

Tratam os presentes autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de São José da Varginha, referente ao exercício de 2005, prestadas por Itamar Guilherme Ferreira, Prefeito do citado Município.

O Órgão Técnico efetuou a análise inicial às fls. 05 a 28, tendo apresentado à fl. 12 o resumo das irregularidades encontradas.

Procedeu-se, então, consoante despacho de fls. 34/35, à citação do Prefeito Municipal, que deixou de se manifestar, conforme certidão de fl. 39.

Vieram os autos a este *Parquet*, para manifestação, nos termos previstos no art. 61, IX, “a”, da Resolução nº 12/2008 - Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

É o relatório, no essencial.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Das informações disponíveis para análise

Importante considerar, inicialmente, que as contas sob análise chegaram ao Tribunal por meio do Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo – SIACE, *software* que permite ao gestor a remessa, em meio eletrônico, das informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município.

Cumpre salientar que as informações consubstanciadas nos relatórios que compõem o aludido sistema passam pelo crivo inicial da Unidade Técnica sem que sejam confrontadas com inspeções ou documentos que comprovem os dados lançados pelo gestor.

No presente caso, contudo, tendo sido realizada inspeção *in loco*, foram considerados os índices apurados no Processo Administrativo nº 718.479, no que tange aos recursos aplicados pelo Município nas **Ações e Serviços Públicos de Saúde** e na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, como registrado pelo Órgão Técnico às fls. 10/11.

O índice aplicado no **ensino** (28,37%), embora menor do que o informado via SIACE (30,12%), permaneceu acima do limite mínimo exigido pela Constituição da República de 1988 - CR/88. Já o índice apurado de aplicação na **saúde** (12,62%) está abaixo da baliza constitucional.

2. Do escopo da análise técnica dos processos de prestação de contas anuais de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal

Outro aspecto que merece registro é o fato de que o Tribunal de Contas, buscando aperfeiçoar as ações referentes à análise e processamento das prestações de contas anuais, estabeleceu como escopo para exame das contas relativas aos exercícios de 2000 a 2009, por meio da Ordem de Serviço nº 07/2010, de 1º de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

março de 2010, a verificação do cumprimento de normas constitucionais e legais atinentes a:

a) índices constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino, excluindo os índices legais referentes ao FUNDEF/FUNDEB;

b) limite de despesas com pessoal, fixado nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;

c) limite definido no art. 29-A da vigente Constituição da República - CR/88 para repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal; e

d) disposições previstas no art. 167, V, da CR/88 e nos artigos 42, 43 e 59 da Lei Federal nº 4.320/64, relativas à abertura de créditos orçamentários e adicionais.

3. Dos apontamentos da Unidade Técnica, relativos ao escopo definido pelo Tribunal de Contas para exame das prestações de contas anuais

Dentro do escopo definido, consoante mencionado no item precedente, a Unidade Técnica apontou a existência das seguintes irregularidades:

3.1 - Irregularidades na abertura de créditos adicionais e/ou na realização dos créditos orçamentários

Conforme apontamentos de fl. 08, verificou-se a infringência ao art. 42 da Lei nº 4.320/64, uma vez que ficou caracterizado que o Município procedera à abertura de **Créditos Especiais**, sem a devida cobertura legal, no importe de R\$27.000,00 (vinte e sete mil reais).

O responsável, conforme aludido no item I acima, não se manifestou no presente processo, razão pela qual permanece a irregularidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

3.2 - Irregularidade no que tange ao repasse à Câmara Municipal

Relatou o Órgão Técnico, à fl. 09, que o Município não obedeceu ao limite fixado no art. 29-A da CR/88, tendo excedido em 1,28% (um vírgula vinte e oito por cento), equivalentes a R\$42.232,28 (quarenta e dois mil duzentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), o percentual limitativo correspondente à sua população.

Nota-se, contudo, que o demonstrativo de fls. 26/27 indica que a receita para formação do FUNDEF foi deduzida da base de cálculo para o repasse à Câmara. Referido entendimento não mais vigora no Tribunal de Contas, uma vez que, quando da resposta à Consulta nº 837.614, o Tribunal Pleno, em sessões de 29/06/11 e 19/10/11, decidiu, à unanimidade, pela **inclusão** dos valores correspondentes à contribuição do Município para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, ou para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, na base de cálculo do repasse ao Legislativo. Tal decisão levou ao cancelamento da Súmula nº 102 desse Tribunal, a qual consolidava o entendimento no sentido de não se considerar, na apuração da base de cálculo para os repasses à Câmara, as transferências do Município para formação do Fundo da Educação.

Registre-se que a Decisão Normativa nº 006/2012 desse Tribunal, publicada no D.O.C. de 1º/10/2012, fixou o entendimento sobre a matéria, estabelecendo regra que consubstancia a orientação externada por ocasião da resposta à consulta supramencionada.

Nesse contexto, ainda com espeque no demonstrativo de fls. 26/27, verifica-se que a base de cálculo para o repasse de recursos do Poder Executivo à Câmara Municipal, sem a dedução da parcela para formação do FUNDEF, perfaz R\$3.863.343,49 (três milhões oitocentos e sessenta e três mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos). Aplicando-se, sobre este valor, o limite



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

percentual de acordo com a população do Município, no caso em apreço 8% (oito por cento), identifica-se que os repasses ao Poder Legislativo poderiam chegar ao montante de R\$309.067,48 (trezentos e nove mil sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Dessa forma, tendo o Município repassado à Câmara a quantia de R\$306.490,68 (trezentos e seis mil quatrocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos), como informado pela Unidade Técnica à fl. 09, não há que se falar em descumprimento do limite estipulado pelo art. 29-A da CR/88.

3.3 - Falta de aplicação do percentual mínimo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

A Unidade Técnica apurou, por meio do SIACE, o índice de 14,91% (quatorze vírgula noventa e um por cento) de aplicação na **saúde**, conforme indicado à fl. 11. Contudo, mediante inspeção *in loco*, averiguou-se que os gastos do Município com as **Ações e Serviços Públicos de Saúde** alcançaram somente o percentual de 12,62% (doze vírgula sessenta e dois por cento).

Citado para esclarecer a diferença apontada, deixou o gestor de manifestar-se, motivo que enseja a permanência da irregularidade, em face do índice de aplicação na **saúde** de 12,62% (doze vírgula sessenta e dois por cento), abaixo da baliza constitucional.

Quanto aos demais itens constantes do escopo mencionado no item 2 deste parecer, não foram apontadas irregularidades pelo Órgão Técnico.

4. Dos apontamentos do Órgão Técnico fora do escopo delimitado pelo Tribunal de Contas

A Unidade Técnica indicou, no relatório inicial (fl. 12), a seguinte irregularidade: “Não aplicação da totalidade dos recursos recebidos do FUNDEF”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

Entretanto, deixou o Órgão Técnico de reexaminar a matéria, por se tratar de irregularidade não abrangida pela Ordem de Serviço nº 07/2010, restando prejudicado, pois, o exame por parte deste *Parquet*, por falta da necessária instrução.

Destarte, há que se considerar que, ainda que fora do escopo definido, havendo elementos nos autos que evidenciem indícios de irregularidades, não poderá o Tribunal desincumbir-se do seu poder-dever de fiscalizar a regularidade das contas públicas. A definição de escopo tem como objetivo a celeridade no exame e tramitação dos processos, pautada em matérias que foram elencadas como de maior relevância pelo Tribunal. Entretanto, tal delimitação não implica, por si só, a dispensa da análise de outras matérias, cuja irregularidade ou indício de sua existência se possa verificar pelos elementos que constem dos autos.

5. Do limite para abertura de créditos suplementares

Embora não se possa olvidar que a competência quanto à iniciativa de lei relativa ao orçamento anual seja privativa do Chefe do Poder Executivo, bem como não se discuta a função precípua do Legislativo Municipal de analisar e aprovar a Lei Orçamentária, não se deve desconhecer que o planejamento é ferramenta essencial na gestão adequada e eficiente dos recursos públicos.

No caso em apreço, observa-se que a Lei Orçamentária do Município, nos termos da informação técnica de fl. 19, autorizara a abertura de créditos adicionais suplementares no percentual de 50% (cinquenta por cento) das dotações orçamentárias, permitindo ao Município a suplementação de seu orçamento em R\$2.390.000,00 (dois milhões trezentos e noventa mil reais), quantia esta que pode descaracterizar o orçamento público, que, como se disse, é instrumento de planejamento, organização e controle das ações governamentais.

É nesse contexto que este Ministério Público, tendo em vista que compete ao Tribunal de Contas zelar pela boa e regular aplicação dos recursos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

coletivos, o que encontra sua gênese na elaboração de orçamento pautado em normas e critérios fáticos que o aproximem da concreta realidade do Município, opina pela recomendação ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de que adote medidas para o aprimoramento do planejamento, de forma a evitar a suplementação excessiva.

Na esteira do raciocínio, deverá, também, ser recomendado ao Poder Legislativo Municipal que, ao apreciar e votar a Lei Orçamentária Anual, esteja atento à inserção, no texto legal, de autorização excessiva para a abertura de créditos suplementares, evitando distorções no orçamento.

Imperioso que essa Corte de Contas realize o monitoramento do cumprimento da presente recomendação, quando da análise das contas dos exercícios subsequentes.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando-se as informações extraídas do SIACE, a delimitação do escopo de análise das Prestações de Contas apontada no item 2 deste parecer e as demais considerações supra elencadas, especialmente nos subitens **3.1** e **3.3**, OPINA este Ministério Público de Contas pela emissão de parecer prévio pela **rejeição das contas do Executivo Municipal de São José da Varginha, referentes ao exercício de 2005**, com arrimo no art. 45, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2008, sem prejuízo das recomendações sugeridas.

Ressalva-se que a emissão de parecer prévio não exime o gestor da responsabilidade por atos de gestão ilegais ou irregulares que venham a ser apurados em outras ações de controle do Tribunal de Contas, bem como por este Ministério Público, no exercício de suas competências.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura Silva

OPINA este Ministério Público, por fim, pelo desapensamento do Processo Administrativo nº 718.479, para o seu regular processamento.

É o parecer.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2013.

Elke Andrade Soares de Moura Silva
Procuradora do Ministério Público de Contas